

Retratos Descentrados: segregação ocupacional de gênero e inserções laborais atípicas no mercado de trabalho chileno

Mateus Coelho, Rosario Undurraga
y Camila Campos Paredes⁽¹⁾

Resumo: Este artigo analisa o papel das imagens no trabalho social contemporâneo como dispositivos epistemológicos, políticos e metodológicos na produção de visibilidade em contextos de desigualdade de gênero. A partir da exposição *Retratos Descentrados*, vinculada ao projeto Anillo Descentrando (2023–2025), examinam-se fotografias e relatos de trabalhadores e trabalhadoras da região de Valparaíso inseridos em ocupações atípicas em termos de gênero. Baseando-se em uma abordagem qualitativa interpretativa, inspirada em metodologias visuais e participativas e na proposta de justiça social de Nancy Fraser, articulando as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação. A análise evidencia que as experiências retratadas expressam injustiças estruturais que operam de forma interdependente nos planos material, simbólico e político. Ao articular imagens e narrativas, o artigo tensiona os imaginários sobre a divisão sexual do trabalho e destaca o potencial das metodologias visuais para ampliar o reconhecimento e a participação social.

Palavras chave: Gênero - Segregação ocupacional - Justiça social - Metodologias visuais - Trabalho

[Resúmenes en inglés y español en la página 131]

(1) Ver CV en pág. 132

Introdução

Este trabalho analisa o papel das imagens no trabalho social contemporâneo, compreendendo-as como dispositivos epistemológicos, políticos e metodológicos capazes de produzir visibilidade social em contextos marcados por profundas desigualdades. Nesse contexto, analisamos a exposição *Retratos Descentrados* [1] que integra os resultados da pesquisa sobre desigualdades de gênero desenvolvida no âmbito do projeto **Anillo Descentrando** [2]. As imagens e depoimentos apresentados constituem um recorte do trabalho realizado entre 2023 e 2025, com a participação de 48 trabalhadoras e trabalhadores da região de Valparaíso, Chile, buscando tornar visíveis os rostos por trás

das vozes de pessoas que compartilharam suas trajetórias laborais, evidenciando tanto o orgulho associado ao trabalho quanto experiências de discriminação.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa ancorada em metodologias visuais e participativas, onde as imagens são mobilizadas como dispositivos epistemológicos que articulam experiência, representação e produção de sentido. A análise baseia-se em uma leitura integrada entre imagens e depoimentos, orientada por uma abordagem hermenêutico-crítica e pelo referencial de justiça social de Nancy Fraser, onde as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação são operacionalizadas como categorias analíticas interdependentes, permitindo examinar como regimes de visibilidade e hierarquias de gênero estruturam as experiências em ocupações atípicas, neste sentido, as imagens contribuem a tornar inteligíveis dimensões da experiência social que muitas vezes escapam às abordagens tradicionais baseadas exclusivamente em dados quantitativos ou narrativas textuais [3].

O artigo organiza-se em quatro seções. Inicialmente, problematiza-se o papel das imagens como dispositivos epistemológicos, políticos e metodológicos no campo do trabalho social. Em seguida, apresenta-se o referencial teórico da justiça social a partir de Nancy Fraser, enfatizando a co-constituição entre redistribuição, reconhecimento e representação. Na terceira seção, examina-se a organização do mercado de trabalho a partir da perspectiva da segregação de gênero, com ênfase nos empregos atípicos. Por fim, analisa-se a exposição *Retratos Descentrados* como dispositivo empírico-analítico, evidenciando como as experiências e visualidades mobilizadas permitem apreender a articulação entre diferentes formas de injustiça que estruturam as trajetórias laborais.

Sobre o projeto

O projeto **Anillo Descentrando: desigualdades, gêneros e territórios**, financiado pela Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID), tem como propósito analisar as desigualdades de gênero a partir de perspectivas regionais e territoriais, com o objetivo de compreender as desigualdades que enfrentam mulheres e homens em distintos âmbitos da vida social, política e econômica no contexto chileno. O projeto conta com três linhas de pesquisa: violência, educação superior e trabalho, consolidando dados, análises e recursos que permitem pensar as desigualdades de gênero de forma descentralizada e contextualizada.

A linha sobre trabalho se concentra em explorar como as desigualdades de gênero se manifestam nas experiências laborais, com especial atenção àqueles trabalhos que desafiam as normas de gênero, permitindo observar não só as desigualdades estruturais no acesso, remuneração e condições de trabalho, mas também como as identidades de gênero interagem com as culturas organizacionais, os imaginários a respeito do trabalho e as normas sociais que produzem desigualdades.

Buscando ampliar as formas de apresentação dos resultados, para além dos formatos acadêmicos tradicionais, o estudo recorre a dispositivos de difusão que visam democratizar o conhecimento produzido. Essa estratégia reconhece que a produção de conhecimento

não se esgota no âmbito acadêmico, adquirindo pleno sentido quando circula, é debatida e ressignificada nos territórios onde as desigualdades são produzidas e vividas. Nesse contexto, a exposição articula testemunhos e fotografias que não apenas documentam a presença em ocupações atípicas em termos de gênero, mas também revelam trajetórias, vínculos e processos que sustentam essas experiências. Por meio desse formato, coloca em tensão os imaginários hegemônicos sobre gênero e trabalho, evidenciando resistências, contradições e desigualdades que atravessam essas trajetórias laborais. Com isso, contribui para problematizar as fronteiras simbólicas que definem quais trabalhos são socialmente valorizados, quem pode exercê-los e sob quais condições.

A importância das imagens

As imagens aqui são compreendidas não como representações neutras da realidade, mas como construções sociais atravessadas por relações de poder, inseridas em regimes de visibilidade que participam da produção de sentidos sobre sujeitos, territórios e experiências historicamente marginalizadas. Nessa perspectiva, a imagem constitui uma prática simbólica situada, articulada a disputas por legitimidade, reconhecimento e autoridade narrativa (Bourdieu, 2003; Hall, 1997). Em sociedades marcadas pela invisibilização sistemática de determinados grupos, o uso das imagens no campo do trabalho social emerge como ferramenta para revelar experiências, afetos e subjetividades silenciadas. Assim, as imagens não apenas representam a realidade, mas operam por meio de “enquadramentos” (frames) que estruturam as condições de inteligibilidade (Butler, 2009).

Do ponto de vista teórico, as imagens operam como dispositivos que organizam o olhar social e estruturam aquilo que pode ou não ser visto e reconhecido como problema público. O regime de visibilidade não é apenas técnico, mas político: ele define quais vidas são consideradas dignas de atenção, cuidado e intervenção estatal (Butler, 2009). Nesse sentido, a imagem não apenas reflete a realidade social, mas contribui para constituí-la, moldando percepções, produzindo classificações e reforçando (ou desafiando) hierarquias sociais. Como argumenta Berger (1972), o ato de ver precede as palavras, e a imagem condensa significados, afetos e conflitos que frequentemente escapam às descrições textuais ou aos instrumentos tradicionais de pesquisa.

A incorporação de metodologias visuais no trabalho social dialoga com o campo da pesquisa-ação, onde a produção e o uso de imagens permitem que sujeitos historicamente subalternizados assumam um papel na construção de narrativas, deslocando a lógica tradicional de representação (Wang & Burris, 1997). Essa perspectiva encontra ressonância nas abordagens feministas e pós-coloniais, que problematizam as hierarquias implicadas nos processos de representação e interrogam a pergunta fundamental: quem pode falar, quem pode representar e sob quais condições? (hooks, 1992; Spivak, 2010). Assim, os regimes de visibilidade são atravessados por normas de gênero, raça e sexualidade que moldam a forma como os corpos aparecem (ou não) no espaço público (Butler, 2004).

Não se trata apenas de “dar voz” ou “dar visibilidade”, mas de construir processos coletivos que redistribuam a autoridade narrativa e valorizem saberes situados. Desta forma, as imagens

operam como dispositivos normativos que moldam o reconhecimento, estruturam o campo do visível e condicionam a possibilidade de resposta ética e política, a democratização do conhecimento e a ampliação dos horizontes de justiça social (Butler, 2009).

Justiça Social: redistribuição e reconhecimento

No debate atual sobre justiça social, redistribuição e reconhecimento são entendidos como dimensões interligadas das lutas por igualdade. De um lado, encontra-se a luta por igualdade social, centrada na reivindicação por uma distribuição mais justa de recursos; de outro, a luta por reconhecimento, protagonizada por minorias étnicas, raciais e sexuais e por movimentos sociais. Ambas se articulam na medida em que a exclusão pode ocorrer tanto por meio de estruturas econômicas que negam recursos necessários à participação paritária, quanto por meio de hierarquias institucionalizadas de valor cultural que negam status e produzem falso reconhecimento.

A justiça, portanto, desdobra-se em três dimensões interdependentes: a socioeconômica, vinculada à redistribuição; a cultural e legal, relacionada ao reconhecimento; e a política, associada à representação. Em cada uma delas, a injustiça assume formas específicas: má distribuição e desigualdade de classes na esfera econômica; não reconhecimento e hierarquias de status na esfera cultural; e má representação ou invisibilidade na esfera pública (Fraser, 2007a). Essas dinâmicas produzem situações de subordinação nas quais determinados grupos são considerados inferiores e, conseqüentemente, excluídos da participação plena na vida social. Ainda que, na contemporaneidade, não haja necessariamente uma interdição formal à presença feminina no espaço público e nas esferas decisórias, persiste uma configuração estrutural que dificulta não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência das mulheres nos espaços de poder (Feliciano, 2024).

Essa desigualdade manifesta-se concretamente em salários mais baixos; na concentração feminina em cargos de menor status social; na chamada “dupla jornada”, que combina trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado; e na segregação ocupacional baseada em gênero (Fraser, 2013). Ademais, tais desigualdades se intensificam quando analisadas de forma interseccional, especialmente na articulação entre sexo e raça/cor, evidenciando que as injustiças de redistribuição, reconhecimento e representação operam de maneira combinada e cumulativa.

A segregação de gênero está ancorada em padrões sociais historicamente construídos que definiram funções distintas para homens e mulheres. Esses padrões são continuamente reproduzidos pelas instituições, pelas expectativas culturais e pelas relações familiares, orientando, desde a infância e a juventude, as trajetórias formativas e profissionais. Como resultado, naturaliza-se a noção de que certas ocupações seriam mais adequadas a um gênero específico. Nesse contexto, a segregação no mercado de trabalho atua como um mecanismo de reprodução das desigualdades de gênero, não apenas em termos salariais, mas também no acesso a posições de poder e a oportunidades sociais (Palma *et al.*, 2024).

Organização do trabalho: segregação horizontal e vertical

A organização do mercado de trabalho dificilmente pode ser compreendida à margem da estrutura sexual. A distribuição de homens e mulheres no trabalho remunerado não responde unicamente a decisões individuais ou a preferências aparentemente livres; em vez disso, responde a uma ordem social que orienta e delimita as escolhas. Nesse sentido, a segregação ocupacional constitui um dos princípios organizacionais mais persistentes (Reskin, 1993; Levanon *et al.*, 2009).

Essa segregação se manifesta simultaneamente em dois níveis. Por um lado, horizontalmente, por meio da concentração diferenciada de homens e mulheres em certos setores produtivos; por outro, verticalmente, por meio da distribuição desigual de poder, autoridade e renda dentro dessas ocupações (England, 2010). O que está em jogo, no entanto, não é meramente uma questão de presença numérica. Envolve também uma hierarquia simbólica do trabalho, onde as atividades associadas à masculinidade continuam a deter níveis mais elevados de legitimidade econômica e reconhecimento social (England, 2010; Torre, 2018; Ibáñez *et al.*, 2022).

É nesse contexto que os chamados empregos atípicos em termos de gênero adquirem particular relevância analítica. Esse termo se refere a trajetórias de carreira em ocupações onde aproximadamente 70% ou mais da força de trabalho pertence ao sexo oposto (Ibáñez, 2017; McDowell, 2020). Mais do que uma simples categoria descritiva, essa noção nos permite examinar as fronteiras que definem o que é considerado “apropriado” ou “inapropriado” para cada gênero na esfera produtiva.

A entrada de mulheres em setores tradicionalmente dominados por homens e a entrada de homens em ocupações feminizadas se desenrolam em um mercado de trabalho permeado por hierarquias de gênero profundamente enraizadas (Ibáñez, 2017; Torre, 2018; McClintock, 2020; Yu & Kuo, 2021). O maior valor econômico e simbólico atribuído às atividades associadas à masculinidade molda os significados e os resultados dessas trajetórias. Embora a presença feminina em espaços historicamente dominados por homens tenha aumentado significativamente, isso não foi acompanhado por uma redistribuição equivalente de poder ou por uma revalorização estrutural do trabalho feminizado (England, 2010; Moore, 2018). Os incentivos materiais que operam no mercado de trabalho reforçam essa dinâmica. Setores altamente masculinizados tendem a oferecer salários mais altos e maiores oportunidades de ascensão social, gerando incentivos econômicos concretos para que as mulheres ingressem no mercado de trabalho. No entanto, o acesso não se traduz necessariamente em plena integração, mesmo nessas áreas, persistem segmentações internas, tetos de vidro e dinâmicas de exclusão simbólica, limitando o acesso das mulheres a posições estratégicas (England, 2010; Ibáñez, 2017; Torre, 2018).

Da mesma forma, quando os homens ingressam em ocupações feminizadas, podem se beneficiar de mecanismos de diferenciação positiva que facilitam sua ascensão hierárquica (Simpson, 2004; Bagilhole & Cross, 2006; Bodoque-Puerta *et al.*, 2019; Yavorsky *et al.*, 2021). Esse fenômeno sugere que transgredir as fronteiras ocupacionais não desafia automaticamente a estrutura hierárquica de gênero; às vezes, pode até reproduzi-la em novas formas.

Um aspecto particularmente revelador dessas trajetórias é que aqueles que ingressam em empregos atípicos frequentemente se veem na necessidade de justificar ativamente sua presença neles. A legitimidade não é algo que se presume ser garantido: ela precisa ser construída. Em ocupações feminizadas, por exemplo, os homens tendem a enfatizar atributos culturalmente associados à masculinidade — como eficiência, racionalidade, força ou liderança — mesmo quando desempenham funções equivalentes às de suas colegas mulheres (Bodoque *et al.*, 2019; Moskos, 2020; Capogrossi & Magliano, 2021; Yu & Kuo, 2021). Esse tipo de estratégia demonstra que a segregação ocupacional não apenas organiza a distribuição do trabalho, mas também os significados a ele atribuídos.

No caso chileno, embora o país tenha vivenciado transformações significativas nas últimas décadas em termos de cobertura educacional e participação feminina no mercado de trabalho, a segregação ocupacional permanece uma característica estrutural de sua organização produtiva (Caro *et al.*, 2019; CASEN, 2022; Palma *et al.*, 2025).

Mesmo que tenha havido avanços na incorporação de mulheres em ocupações masculinizadas, a inserção de homens em setores feminizados permanece limitada (Palma *et al.*, 2025). O mercado de trabalho chileno continua a apresentar uma marcada segmentação de gênero na distribuição setorial do emprego. Essa configuração, além de refletir a persistência das fronteiras ocupacionais de gênero, também reproduz desigualdades econômicas estruturais, contribuindo para a desigualdade salarial de gênero (Salce Díaz, 2021). Nesse contexto, o estudo e a visibilidade dos trabalhos não conformes com o gênero no Chile emergem como uma agenda de pesquisa tanto pendente quanto necessária.

Retratos descentrados: injustiças de reconhecimentos, representação e distribuição

As imagens e relatos reunidos na exposição *Retratos Descentrados* oferecem um ponto de entrada para refletir sobre a inserção em ocupações que desafiam a divisão sexual do trabalho. A partir da abordagem de justiça social, essas experiências podem ser analisadas como expressões de injustiças de reconhecimento, representação e distribuição, que estruturam as condições de participação no mundo do trabalho.

Em diversos relatos associados às fotografias aparece um regime de desvalorização simbólica que coloca em dúvida a legitimidade das mulheres em determinados espaços produtivos. Expressões como “o que essas mulheres estão fazendo aqui?” ou a suposição de que “a mulher não pode fazer o mesmo trabalho que o homem” revelam padrões culturais que situam as mulheres fora da categoria de trabalhadoras plenamente reconhecidas. Onde, a injustiça de reconhecimento não se refere apenas à falta de respeito individual, mas a um regime institucionalizado de status que impede certos grupos de participarem como pares na vida social (Fraser, 2007b). (Imagem 1).

Essas formas de deslegitimação articulam-se com dinâmicas de exclusão institucional. Em alguns casos, como o das trabalhadoras algeiras retratadas nas imagens, a impossibilidade de participar de organizações masculinas levou à criação de estruturas próprias de organização coletiva. A auto-organização emerge, portanto, como uma forma de ação, mas também como uma resposta a uma distribuição desigual prévia de recursos, oportunidades e poder. Embora tal processo possa ser interpretado como expressão de agência, ele também evidencia mecanismos de injustiça política ou de representação, na medida em que determinados sujeitos são excluídos das instâncias onde se definem as regras, os recursos e as condições de trabalho (Fraser, 2010). Assim, a auto-organização surge menos como escolha inicial e mais como resposta a barreiras estruturais que limitam a participação das mulheres em condições de igualdade. (Imagem 2).

As fotografias que retratam uma motorista de ambulância destacam como os trabalhos feminizados em contextos masculinizados são estruturados em torno de experiências persistentes de injustiça simbólica e política. O que revela um regime de desvalorização, no qual a capacidade de trabalho das mulheres é constantemente questionada com base em estereótipos de gênero. Nesses contextos, a presença feminina tende a ser interpretada como “exceção”, reforçando a ideia de que determinados trabalhos pertencem “naturalmente” aos homens. Desta forma, a injustiça de reconhecimento opera precisamente ao naturalizar hierarquias sociais e culturais que definem quais sujeitos são considerados apropriados para determinadas posições, assim, a experiência não pode ser interpretada apenas como uma dificuldade individual, mas sim como a expressão de uma injustiça estrutural que combina desvalorização simbólica e exclusão institucional (Fraser, 2003). (Imagem 3).

Já nas imagens e relatos de uma caminhoneira do porto de San Antonio revelam como a entrada das mulheres em ocupações predominantemente masculinas ocorre em um contexto de exclusão simbólica e social. Expressando uma experiência de não reconhecimento, na qual a trabalhadora é vista como uma anomalia dentro da ordem de trabalho vigente, excluída das normas de pertencimento e legitimidade. (Imagem 4).

Ao mesmo tempo, as imagens também evidenciam que os regimes de gênero não afetam apenas as mulheres. O relato de um trabalhador doméstico revela como ocupações historicamente feminizadas continuam associadas a um baixo status social e simbólico. Nesse caso, a necessidade de reafirmação da identidade masculina expõe os mecanismos culturais que sexualizam o trabalho e vinculam certas tarefas a modelos normativos de masculinidade e feminilidade. Tal dinâmica mostra que a hierarquização das ocupações não se limita à distribuição material de recursos, mas envolve também sistemas de valor que classificam determinadas atividades como menos prestigiadas ou socialmente inferiores. (Imagem 5).



Imagem 1: Paola Nuñez - algueira, Las Cruces

“Nas primeiras reuniões que participamos, eles diziam: ‘Bem, o que essas mulheres estão fazendo aqui?’ Foi aí que os homens disseram: ‘Não, se elas vão se reunir, é para criar um centro para mães, não vão fazer nada’, e agora veja só.”



Imagem 2: Marisol Gonzalez - algueira, Las Cruces

“Naquela época, como agora, era difícil. Ainda é um pouco difícil para as mulheres se integrarem ao grupo masculino, mesmo que esta cooperativa tenha sido criada justamente para isso: para homens e mulheres trabalharem juntos. Mas como os homens não queriam, formamos nossa própria cooperativa e continuamos assim desde então. Já se passaram mais de 20 anos. Mas tem sido difícil, e acho que ainda é difícil. [...] Acho que eles acreditam que as mulheres não podem fazer o mesmo trabalho que os homens, e estão enganados. Porque nós, digo a vocês, em todos esses anos, conquistamos muito, muito mais do que os homens.”



Imagem 3: Paola Nuñez - motorista de ambulância, San Antonio

“É difícil. Você enfrenta muita discriminação. Por verem que você é mulher, acham que você não é capaz de fazer as coisas. [...] Trabalhar em uma indústria predominantemente masculina é difícil porque a mentalidade machista ainda existe. Então é complicado, mas não é impossível, não é impossível.”



Imagem 4: Andrea Ahumada - motorista de caminhão no porto, San Antonio

“Quando cheguei ali ninguém falava comigo (...) eles me viam como uma aberração porque nunca tinha havido uma mulher na empresa.”



Imagem 5: Camilo Rozas - trabalhador doméstico, Valparaíso

“Olha, eu não vou deixar de ser homem só porque estou varrendo ou lavando roupa.”

Consideradas em conjunto, essas experiências indicam que as injustiças que atravessam os trabalhos de gênero atípico não operam de forma isolada. Pelo contrário, elas tendem a se reforçar mutuamente, articulando desvalorização simbólica, exclusão institucional e desigualdades materiais.

Nesse sentido, as fotografias e os relatos associados não apenas documentam trajetórias individuais de inserção em ocupações não tradicionais, mas tornam visíveis os marcos sociais que estruturam essas experiências. Ao deslocar o foco da excepcionalidade dos sujeitos para as condições sociais que tornam tais trajetórias difíceis ou raras, a exposição evidencia os limites das narrativas meritocráticas que interpretam esses casos apenas como histórias de superação individual. A partir da perspectiva de Fraser (2000, 2003, 2010), a superação dessas desigualdades exige transformações simultâneas nas dimensões cultural, política e econômica da justiça social, de modo a possibilitar a efetiva paridade de participação entre os sujeitos que compõem o mundo do trabalho.

Considerações

Neste artigo, as fotografias cumprem uma função analítica contextual e evocativa para a compreensão a respeito de trabalhos atípicos para o gênero. As imagens operam como um dispositivo que permite situar as trajetórias laborais em sua dimensão material e encarnada, visibilizando os corpos, espaços e práticas que configuram a experiência do trabalho em ocupações gendradas. Em particular, no caso de trabalhos atípicos, as fotografias contribuem para tensionar os imaginários normativos sobre a divisão sexual do trabalho. Deste modo, as imagens não só ilustram os relatos, mas também amplificam seu

potencial analítico ao evidenciar as formas em que as fronteiras de gênero são desafiadas, negociadas e, em alguns casos, reconfiguradas na prática cotidiana.

As fotografias aqui retratadas, uma pequena mostra de um trabalho mais extenso, nos mostra, de maneira geral, pessoas orgulhosas de seus trabalhos, que apesar das barreiras encontradas ao longo de suas trajetórias, demonstram a força de quem desafia as normas vigentes no mercado de trabalho. Nos mostrando que as barreiras estruturais são menos estáveis do que aquelas que nos números apresentam.

Notas

1. <https://retratosdescentrados.46graus.com/>
2. <https://www.descentrando.cl/>
3. Todas as imagens e depoimentos foram obtidos mediante consentimento informado dos/as participantes, com autorização explícita para uso, análise e difusão do material. O estudo foi submetido e aprovado por comitê de ética em pesquisa, em conformidade com as normas vigentes para pesquisa com seres humanos.

Referências

- Bagilhole, B. & Cross, S. (2006). 'It never struck me as female': Investigating men's entry into female-dominated occupations. *Journal of Gender Studies*, 15(1), 35–48. <https://doi.org/10.1080/09589230500486900>
- Berger, J. (1972). *Ways of seeing*. Penguin.
- Bodoque-Puerta, Y., Soronellas-Masdeu, M. & Offenhenden, M. (2019). 'Igual esto de cuidar es algo que tiene futuro': Trayectorias laborales de hombres extranjeros en los cuidados de larga duración. *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana*, 14(2), 299–321. <https://doi.org/10.11156/aibr.v14i2.72616>
- Bourdieu, P. (2003). *Un art moyen: Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Minuit.
- Butler, J. (2004). *Precarious life: The powers of mourning and violence*. Verso.
- Butler, J. (2009). *Frames of war: When is life grievable?* Verso.
- Capogrossi, M. L., & Magliano, M. J. (2021). La desigualdad generizada: gestión del tiempo, estabildades frágiles y resistencias masculinizadas en los empleos de limpieza no doméstica en Argentina. *Itinerarios*, 34, 253–275. <https://doi.org/10.7311/ITINERARIOS.34.2021.11>
- Caro, P., Román H., & Armijo L. (2021). Mujeres en altos cargos en minería en Chile. Agencia y tensiones de género. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, 28. <https://doi.org/10.29101/crcs.v28i0.14438>
- CASEN. (2022). *Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional*. Santiago de Chile: Ministerio de Desarrollo Social y Familia. <https://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/encuesta-casen-2022>

- England, P. (2010). The gender revolution: Uneven and Stalled. *Gender & Society*, 24(2), 149-166. <https://doi.org/10.1177/0891243210361475>
- Feliciano, A. L. (2024). Entre redistribuição e reconhecimento: Considerações sobre a justiça de gênero a partir de Nancy Fraser. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 10(4), 10-29. <https://doi.org/10.9771/cgd.v10i4.58928>
- Fraser, N. (2000). Rethinking recognition. *New Left Review*, (3), 107-120. DOI: doi.org/10.64590/pup
- Fraser, N. (2003). Social justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition, and participation. In N. Fraser & A. Honneth, *Redistribution or recognition? Apolitical-philosophical exchange* (pp. 7-109). Verso
- Fraser, N. (2007a). Reframing justice in a globalizing world. In *Adding Insult to Injury: Nancy Fraser Debates Her Critics*. Verso.
- Fraser, N. (2007b). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, (70), 101-138. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>
- Fraser, N. (2010). Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world. Columbia University Press.
- Fraser, N. (2013). *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Verso.
- Hall, S. (1997). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. Sage.
- Hooks, b. (1992). *Black looks: Race and representation*. South End Press.
- Ibáñez, M., García Mingo E., & Aguado E. (2022). Mujeres en mundos de hombres: segregación ocupacional de género y mecanismos de cierre social de acceso en profesiones de dominación masculina. *Sociología del Trabajo*, (101), 329-343. <https://doi.org/10.5209/stra.81673>
- Ibáñez, M. (Ed.) (2017). *Mujeres en mundos de hombres: la segregación ocupacional a través del estudio de casos*. CIS-Centro de Investigaciones Sociológicas.
- INE (Instituto Nacional de Estadísticas). (2022). *Género y mercado laboral en Chile*. https://www.ine.gob.cl/docs/default-source/genero/infografias/autonomia-economica/inf-on-d22-empleo-sexo.pdf?sfvrsn=aa849346_3
- Levanon, A., England P., & Allison P. (2009). Occupational feminization and pay: assessing causal dynamics Using 1950-2000 U.S. Census Data. *Social Forces*, 88(2), 865-891. <https://dx.doi.org/10.1353/sof.0.0264>.
- McClintock, E. A. (2020). Occupational sex composition and marriage: The romantic cost of gender-atypical jobs. *Journal of Marriage and Family*, 82(3), 911-933. <https://doi.org/10.1111/jomf.12657>
- McDowell, J. (2020). *De-Gendering gendered occupations: Analysing professional discourse* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429031434>
- Moore, T. S. (2018). Occupational career change and gender wage inequality. *Work and Occupations*, 45(1), 82-121. <https://doi.org/10.1177/0730888417742691>
- Moskos, M. (2020). Why is the gender revolution uneven and stalled? Gender essentialism and men's movement into 'women's work'. *Gender, Work and Organization*, 27(4), 527-544. <https://doi.org/10.1111/gwao.12406>

- Palma, J., Olivi, A., & Asenjo, A. (2025). Desafiando la segregación de género en el mercado laboral: Factores que inciden en las inserciones laborales atípicas en términos de género en Chile. *Revista De Sociología*, 40(1), 0-29. <https://doi.org/10.5354/0719-529X.2025.79736>
- Reskin, B. (1993). Sex segregation in the workplace. *Annual Review of Sociology*, 19(2), 241–270. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.19.080193.001325>
- Salce Díaz, F. (2021). Evolución y análisis de la discriminación salarial por género en Chile. *El Trimestre Económico*, 88(349), 39-75. <https://doi.org/10.20430/ete.v88i349.984>
- Simpson, R. (2004). Masculinity at work: The experiences of men in female dominated occupations. *Work, Employment and Society*, 18(2), 349–368. <https://doi.org/10.1177/09500172004042773>
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Torre, M. (2018). Stopgappers? The occupational trajectories of men in female-dominated occupations. *Work and Occupations*, 45(3), 283–312. <https://doi.org/10.1177/0730888418780433>
- Wang, C., & Burris, M. A. (1997). Photovoice: Concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health Education & Behavior*, 24(3), 369–387. <https://doi.org/10.1177/109019819702400309>
- Yavorsky, J. E., Ruggs, E. N., & Dill, J. S. (2021). Gendered skills and unemployed men's resistance to "women's work". *Gender, Work & Organization*, 28(4), 1524-1545. <https://doi.org/10.1111/gwao.12694>
- Yu, W., & Kuo, J. C.-L. (2021). Gender-Atypical occupations and instability of intimate unions: Examining the relationship and mechanisms. *Socius*, 7. <https://doi.org/10.1177/23780231211000177>

Abstract: This paper analyzes the role of images in contemporary social work as epistemological, political, and methodological devices in the production of visibility in contexts marked by gender inequalities. Drawing on the exhibition *Retratos Descentrados*, developed within the Anillo Descentrando project (2023–2025), it examines photographs and narratives of workers from the Valparaíso region engaged in gender-atypical occupations. The study adopts a qualitative interpretative approach inspired by visual and participatory methodologies. The theoretical framework is based on Nancy Fraser's conception of social justice, articulating the dimensions of redistribution, recognition, and representation. The analysis shows that the experiences portrayed express structural injustices operating interdependently across material, symbolic, and political dimensions. By articulating images and narratives, the paper challenges dominant imaginaries of the sexual division of labor and highlights the potential of visual methodologies to expand recognition and social participation.

Keywords: Gender - Occupational segregation - Social justice - Visual methodologies - Work

Resumen: Este artículo analiza el papel de las imágenes en el trabajo social contemporáneo como dispositivos epistemológicos, políticos y metodológicos en la producción de visibilidad en contextos marcados por desigualdades de género. A partir de la exposición *Retratos Descentrados*, desarrollada en el marco del proyecto Anillo Descentrando (2023–2025), se examinan fotografías y relatos de trabajadoras y trabajadores de la región de Valparaíso insertos en ocupaciones atípicas en términos de género. Se adopta un enfoque cualitativo de carácter interpretativo, inspirado en metodologías visuales y participativas. El marco teórico se basa en la propuesta de justicia social de Nancy Fraser, articulando las dimensiones de redistribución, reconocimiento y representación. El análisis evidencia que las experiencias retratadas expresan injusticias estructurales que operan de manera interdependiente en los planos material, simbólico y político. Al articular imágenes y narrativas, el artículo tensiona los imaginarios sobre la división sexual del trabajo y destaca el potencial de las metodologías visuales para ampliar el reconocimiento y la participación social.

Palabras clave: Género - Segregación ocupacional - Justicia social - Metodologías visuales - Trabajo

[Las traducciones de los abstracts fueron supervisadas por el autor de cada artículo.]

Mateus Coelho. Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Paraná e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio doutoral na University of Massachusetts Amherst e na Universidade do Chile e pós-doutorado pelo projeto Anillo “Descentrando as desigualdades de gênero” (ANID ANILLO ATE220051) da Universidade de Valparaíso, Chile. E-mail: mateusgusco@gmail.com

Rosario Undurraga. Psicóloga e doutora em Sociologia pela Universidade de Warwick, Reino Unido. Atua como professora titular na Faculdade de Educação e Ciências Sociais e no Doutorado em Educação da Universidade Finis Terrae, Chile. É pesquisadora principal da linha Trabalho no projeto Anillos “Descentrando as desigualdades de gênero” (ANID ANILLO ATE220051) da Universidade de Valparaíso, Chile, e é pesquisadora responsável pelo Fondecyt Regular “O lugar do trabalho na vida e no bem-estar”. E-mail: mrundurraga@uft.cl

Camila Campos Paredes. Licenciada em Sociologia pela Universidade Andrés Bello, Chile, mestranda em Ciências Sociais pela Universidade do Chile. Atua como assistente de pesquisa no projeto Anillo “Descentrando as desigualdades de gênero” (ANID ANILLO ATE220051) da Universidade de Valparaíso, Chile. E-mail: c.camposparedes1@gmail.com